

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PEDAGOGIA

KÁTIA REGINA COSTA DE SOUZA

A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial, para obtenção do Grau em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Barros Nobre

SÃO GONÇALO  
2009

KÁTIA REGINA COSTA DE SOUZA

A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial, para obtenção do Grau em Pedagogia.

Aprovada em fevereiro de 2009.

---

Orientador: Prof Dr. Domingos Barros Nobre.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Parecerista: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Jacqueline de Fátima dos Santos Morais.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo  
2009.

A Deus, à minha família e a todos que, pela convivência e solidariedade, proporcionaram e estimularam o meu aprendizado.

## **AGRADECIMENTOS**

A Domingos Nobre – meu orientador, a presença segura, competente e estimulante.  
Aos professores da UERJ – pela confiança, apoio e reflexões críticas.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - AVALIAÇÃO CONSERVADORA.....	13
CAPÍTULO II - AVALIAÇÃO TRANSFORMADORA.....	17
CAPÍTULO III - A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO... MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO. ....	26
CONCLUSÕES.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
ANEXO.	37

## RESUMO

Este trabalho, surgido através de inúmeras observações feitas durante os estágios que realizei no meu curso de Pedagogia, na Universidade do Rio de Janeiro (UERJ) de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, vem reacender novas discussões acerca da avaliação no sistema educacional brasileiro na foram apresentados os princípios da Avaliação Conservadora e da Avaliação Transformadora, bem como os seus reflexos e as suas repercussões no cenário escolar. Discussões foram levantadas na pesquisa de campo e na entrevista com uma professora de escola pública de São Gonçalo. Sobre a questão das provas como instrumento de avaliação, de construção do conhecimento, de poder e de controle nas mãos de quem retém essa autoridade, proporcionando um panorama geral das realidades presentes nas avaliações das escolas brasileiras, apresentando, outro entendimento e compreensão desses processos. A questão da avaliação tem marcado sua presença em todas as instituições escolares sejam elas públicas ou privadas e as discussões sobre o “problema” enfrentado pelos educadores, que apresentam diferentes discursos, critérios e fórmulas para a aplicação da avaliação escolar baseando-se, na maioria das vezes, na punição, tem sido mais intensos que a própria busca pelo seu entendimento. Uma análise mais aprofundada sobre a avaliação no contexto escolar poderia levar a uma nova compreensão, um olhar diferente sobre a prova como instrumento de avaliação e assim ela tomaria outra característica, deixando de ser vista como algo que precisa ser erradicado e passando a ser encarada como um processo de aprendizagem que precisa ser melhor analisado.

Palavras-chave: Avaliação. Poder. Construção do conhecimento.

## I- -INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem no Brasil, hoje, de uma maneira geral, está a serviço de uma pedagogia dominante, que serve a um modelo social dominante.

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá de ser imposta, ser autoritária, pois esse caráter pertence à natureza dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas ou pelos meios de comunicação. A avaliação educacional será assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola.

Ao contrário, a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações.

No século XVII, Comênius institucionaliza o exame, considerando-o como um problema metodológico em sua Didática Magna, um lugar de aprendizagem ao invés de verificação de aprendizagem. Pensou o exame como um problema metodológico, mas suas conseqüências são o que podemos sentir até os dias atuais. Através dos seus conceitos podemos repensar a prática educativa, recomendando que a melhor forma de ensinar é ensinar uma coisa de cada vez, para que “todos possam aprender tudo”.

Não era a intenção de Comênius que o exame levasse à promoção ou qualificação do aluno, para ele se o aluno não aprendesse, era o método que deveria ser repensado. O exame era utilizado para auxiliar a uma prática docente sempre adequada as necessidades do aluno. O que podemos constatar que não aconteceu até os dias de hoje.

O que Comênius nos deixa como herança, é que devemos nos preocupar em compreender como os alunos compreendem aquilo que é ensinado, compreender

como se dá o processo de aprendizagem, com a finalidade de melhor atuarmos nesse processo de ensino aprendizagem.

A escola brasileira vem sendo firmada nos patamares tradicionais de educação, privilegiando a conduta tutelada. A escola vem servindo como uma instituição fortemente ligada ao controle social e a adestração do indivíduo, uma adestração do corpo e da mente o que nos permite comparar seu espaço físico muitas vezes com uma prisão, pois sua arquitetura e estrutura estão voltadas para vigilância e controle. A disposição das carteiras em filas possibilita ao professor o poder de deslocamento em meio a todos, a utilização da plataforma o deixa em um plano mais elevado podendo olhar todos os alunos, impedindo suas ações e gerando uma impotência, exercendo um papel de um senhor perante a classe, o dono do saber, o que não pode ser questionado.

A escola também é um lugar de disciplinalização, percebesse nela seu domínio através da compartimentação, da fragmentação do saber, o que facilita o controle ao acesso do que os alunos conhecem, sabem e aprendem.

Foucault nos fala a respeito do exame escolar e sua utilização: “O exame é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”. “Pois nessa técnica delicada estão comprometidos todo um campo de saber, todo um tipo de poder” (1991,p.164-165)

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação. Classificações que são registradas e podem ser transformadas em números e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias. Todos os educadores defendem a idéia do crescimento. Porém parece que todos preferem que isso não ocorra, uma vez que optam por, definitivamente, deixar os alunos com as notas obtidas, como forma de castigo pelo seu desempenho possivelmente inadequado. Assim, o ato de avaliar não serve para pensar a prática e retomar a ela. De fato, o momento de avaliação deveria ser um “momento de privilégio”.

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético para o crescimento, terá que estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação. O educador, no intuito de dar um novo encaminhamento para a prática da avaliação



escolar deverá estar preocupado em redefinir ou definir propriamente os rumos de sua ação pedagógica, pois ela não é neutra, inserindo-se num contexto maior e estando a serviço dele. O primeiro passo fundamental para que isso ocorra é assumir um posicionamento pedagógico claro e explícito. De tal modo que possa orientar o planejamento, a execução e a avaliação. A maneira que a escola avalia é o reflexo da educação que ela valoriza. Essa prática deve ser capaz de julgar o valor do aluno e possibilitar que ele cresça, como indivíduo e como integrante de uma comunidade. Quando o professor se pergunta como quer avaliar desvela sua concepção de escola, de homem, de mundo, e sociedade.

Numa prática positivista e tecnicista há uma ênfase na atribuição de notas e na classificação de desempenho, em teses e provas com resultados quantitativos e numéricos. Nela, o mais importante é o produto, ou seja, reflete uma educação baseada na memorização de conteúdos. Já a avaliação qualitativa se baseia num paradigma crítico e visa a melhoria da qualidade da educação. Sua ênfase é no processo. Ela reflete um ensino que busca a construção do conhecimento. A avaliação sempre está relacionada com o poder na medida em que significa controle. Num modelo tecnicista, em que se privilegia a atribuições de notas e a classificação dos estudantes, ela é uma verdadeira arma. O poder está no interior da avaliação e pode ser um instrumento de dominação, despertando medo. Para que seja produtiva a avaliação deve ser um processo dialógico, interativo, que visa fazer do indivíduo um ser melhor, mais criativo, mais autônomo, mais participativo e reflexivo. Que leve o aluno a uma ação transformadora e também com sentido de promoção social, de coletividade e de humanização.

A avaliação qualitativa, que tem sido objeto de tanta discussão, seja em seu conceito quanto na forma que ela é aplicada. Na maioria das vezes, é colocada como uma avaliação anterior à avaliação quantitativa. Esta passa a ser rotulada como tradicional, tecnicista e autoritária. Da mesma forma, a questão técnica da avaliação, o “como fazer”, é apresentada, muitas vezes de modo a se criar uma representação oposta à questão política, que envolve o “para quê” e “o quê” fazer. Estas extremidades que parecem, à primeira vista contrárias, em realidade são semblantes de um mesmo

problema que se quisermos compreender, deve ser analisado em sua totalidade e em suas contradições.

A história pessoal do professor e o jeito como ele foi avaliado quando era estudante influenciam sua maneira de atuar. É essencial dar um novo papel ao professor e garantir a ele uma boa formação contínua, com ênfase no trabalho coletivo. Os professores que usam inadequadamente a avaliação só o fazem porque não estão devidamente preparados. A educação tem sofrido várias mudanças e as escolas estão tendo maior autonomia para tomar decisões, inclusive na questão da avaliação e as escolas não podem ficar fora desse processo.

O meu interesse por realizar esta pesquisa não é recente, pois deu-se na verdade em 2006, justamente na época em que eu iniciava os estágios supervisionados do curso de Pedagogia e também começava a problematizar a avaliação escolar em seu âmbito e suas práticas. Tendo estagiado em duas escolas, uma pública e outra privada, verifiquei que, para disciplinar os alunos, alguns professores utilizavam expressões como: “Se não prestarem atenção e não se comportarem, vou dar um teste surpresa” e “Prestem atenção! Isso vai cair na prova”, dentre outras.

Estas observações fizeram que despertasse em mim forte interesse, com relação ao tema de minha monografia, que foi escolhido a partir da inquietação que tive, vendo professores se valendo de um poder em suas mãos: o da avaliação que, em muitas ocasiões a utilizavam como um instrumento de dominação e de manipulação, despertando nos alunos o medo, a coação e o desinteresse pelo ensino, o que poderia levá-los fatalmente ao fracasso escolar e até mesmo a exclusão.

Percebi que os professores não apenas consideravam, como certos, normais, adequados e relevantes os seus critérios de avaliar o aprendizado de seus alunos através da aplicação de provas elaboradas e impostas e nunca discutido entre as partes envolvidas no aprendizado, como também utilizavam o termo *avaliação* durante as suas aulas como ameaça para controlarem a disciplina dos alunos a fim de manterem-nos sempre alertas, pois poderiam ser penalizados por uma avaliação carregada de conteúdos a qualquer momento.

A quantidade e tipos de questões de uma prova, muitas vezes mal elaboradas; o tempo em realizá-la; as respostas que os professores esperam que sejam

dadas pelos alunos segundo as suas interpretações e não as dos indivíduos; a questão da valorização da memorização do aluno e não da compreensão do ensino em si; tudo isto expressa o uso do poder, da autoridade e do controle dos professores através da avaliação. A prova quase nunca é vista como um instrumento para avaliar a eficácia do professor ou até mesmo avaliar o próprio ensino, na qual se poderia investir mais atenção por parte dos educadores, mas sim, utilizada apenas para averiguar, sem garantias, a aprendizagem dos alunos, o que eles supostamente teriam absorvido das aulas. Assim, a avaliação nestes critérios, acaba representando uma punição aos alunos e rotulando alguns de *incapazes*, por não apreender de modo satisfatório o ensino ou de *preguiçosos*, por não terem se dedicado tanto aos estudos, levando-os a uma sensação de derrota e de fracasso. Enfim, um recurso odiado e ao mesmo tempo temido pelos alunos, mas que representa poder e controle nas mãos de quem o exerce.

Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo principal refletir sobre a avaliação do ensino fundamental, e terá como objetos de análise os conceitos de *Avaliação Conservadora* e a *Avaliação Transformadora* que propiciarão discussões sobre: a prova como instrumento de poder e controle; as expressões ameaçadoras presentes na fala de alguns professores como um recurso de ameaça; a avaliação qualitativa e quantitativa no sistema educacional; a análise do reflexo da avaliação sobre os avaliados e a discussão sobre a possibilidade da auto-avaliação do professor, através do resultado da avaliação dos seus alunos.

Para compreender esta realidade, a metodologia utilizada é de caráter bibliográfico como pesquisa qualitativa. As técnicas de investigação foram: livros de autores citados nas referências bibliográficas, pesquisa de campo com observação de aula e entrevista em uma escola pública no município de São Gonçalo.

Como objetivos específicos este trabalho se propôs a: Identificar os princípios subjacentes à noção de Avaliação Conservadora; Identificar os princípios subjacentes à noção de Avaliação Transformadora e apresentar as concepções de avaliação presentes na prática pedagógica da Professora X da Escola Y. Procuramos compreender as múltiplas implicações que envolvem o problema da avaliação no sistema escolar, refletindo sobre os conceitos de avaliação da escola e da professora X

do ensino fundamental, percebendo quando a avaliação é qualitativa e quando ela é reprodutiva e discutindo avaliação qualitativa e quantitativa no sistema educacional.

Dessa forma, a metodologia desse trabalho é procurar estabelecer vínculos entre as discussões teóricas sobre o sentido da avaliação e as realidades presentes nas avaliações das escolas, estabelecendo um panorama geral das formas de avaliação que estão inseridas nas nossas escolas. Nossas questões de estudos foram: Quais os princípios da avaliação transformadora? Quais os princípios da avaliação conservadora? Qual a concepção de avaliação da escola pública Y e da professora X ?

Algumas problemáticas foram levantadas no sentido de perceber, quais as implicações e mudanças que a prova como instrumento de avaliação pode causar no processo de ensino/aprendizagem, entre outras.

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado “*Avaliação Conservadora*”, apresentamos os princípios da avaliação conservadora, os instrumentos de avaliação quantitativa, com a intenção de mostrar a necessidade do professor estar fazendo uso de vários instrumentos na avaliação dos seus alunos.

No segundo, intitulado “*Avaliação Transformadora*”, apresentamos os princípios da avaliação transformadora, os objetivos desta avaliação, numa comparação entre pensadores da educação sobre o atual paradigma da avaliação.

No terceiro, intitulado, “*A Prática da Avaliação em uma Escola Pública no Município de São Gonçalo*”, apresentamos uma análise no sistema de ciclo, do caderno de planejamento pedagógico, da observação de aula e da entrevista com a professora do ensino fundamental e da concepção de avaliação professora X.

Esse trabalho não tem a pretensão de apresentar soluções, mas colocar novamente em pauta o tema da prova como instrumento de avaliação escolar, por meio de algumas reflexões. Para tanto, colocamos em análise os conceitos de avaliação conservadora e avaliação transformadora, para a escola, para o professor e a relação escola-aluno-professor envolvidos no conflito que se produz ao se definir os critérios da avaliação.

## **CAPÍTULO I - AVALIAÇÃO CONSERVADORA**

A avaliação escolar atualmente assume um papel de classificar, castigar, encaminhar o destino dos alunos. Pode-se afirmar que ela assumiu e assume uma função seletiva, de exclusão daqueles “menos capazes: com baixa perspectiva; com problemas de aprendizagem; que não gostam de estudar; sem acompanhamento familiar” e muitas outras denominações ou rotulações.

De acordo com Lukesi (1999), a avaliação praticada na escola é a avaliação da culpa, onde as notas são usadas para fundamentar necessidades de classificação de alunos, onde são comparados desempenhos e não objetivos que se deseja atingir.

A prova é o principal instrumento de controle e disciplinalização da pedagogia tradicional, os testes e as provas transformam-se, num recurso de ameaça submissão dos educandos. Percebemos que muitas escolas trazem a característica dessa pedagogia tradicional, que tem como objetivo centralizar o conhecimento do professor, que é tido como detentor dos saberes, uma visão de educação bancária, na qual o educador deposita sobre o educando todos os seus conhecimentos, fazendo com que o educando internalize aquele discurso como verdadeiro e único Freire (1996), ou seja, o professor transmite seus conhecimentos ao aluno que é visto como um pote vazio a ser cheio.

Pegando como referência os ensinamentos de Freire (1996), sobre educação bancária, “bancário” significa “que se refere ao banco”. Para esse termo Paulo Freire deu um significado novo designando a concepção de educação que deposita noções na mente do educando da mesma forma se faz depósitos no banco. Denomina-se esta forma a todo tipo de educação em que o professor é o que diz a última palavra e os alunos só podem receber e aceitar passivamente o que o professor disse. Desta forma, o único que pensa é o professor e os alunos só podem “pensar” de acordo ao que este disse. Assim, os estudantes têm a única missão de receber os depósitos que o professor faz dos conhecimentos que ele possui (como acontece quando se vai a um banco depositar dinheiro). A educação bancária é domesticadora

porque o que busca é controlar a vida e a ação dos estudantes para que aceitem o mundo tal como este é, proibindo-os desta forma de exercer seu poder criativo e transformador sobre o mundo. A educação bancária “é o ato de depositar, em que os alunos são recipientes passivos dos depósitos do educador”.

Nesse ensino o aluno é considerado uma “tabula rasa” onde o professor escreve seus conhecimentos, que são externos ao aluno e são escolhidos pela escola e sociedade, e não pelos sujeitos do processo. Não é o aluno que constrói o seu conhecimento, ele é levado a adquirir um conhecimento preestabelecido pela escola. O conteúdo é trazido pronto pelo professor e cabe ao aluno escutá-lo. Dessa maneira, os que não são atraídos por esses conteúdos são vistos como desinteressados e indisciplinados.

A cópia, a repetição, o quadro negro, o livro didático e os trabalhos individuais têm valores essenciais nesse ensino, o que dificulta ao professor perceber durante o processo de aprendizagem o desenvolvimento do aluno, pois ao dar atenção ao aluno o restante ficará isolado. Dessa forma todos deverão seguir o mesmo ritmo de trabalho adquirindo os mesmos conhecimentos.

Percebe-se assim, que a pedagogia tradicional desvaloriza a individualidade do processo de cada aluno, todos deverão aprender ao mesmo tempo, e todos deverão ter os mesmos interesses.

Dessa forma a prova tem como objetivo avaliar os conteúdos assimilados pelos alunos e os que têm pouco êxito nas provas são interpretados como os “fracos” da sala de aula que não aprenderam, pois, desconsidera outros instrumentos de avaliação.

De acordo com Libâneo (1998), a prova tem como objetivo avaliar os conteúdos assimilados pelos alunos. É um ensino que tem como meta homogeneizar os indivíduos, pois desconsidera outros instrumentos de avaliação.

*O mais comum é tomar a avaliação unicamente como ato de aplicar provas atribuir notas e classificar os alunos. O professor reduz a avaliação à cobrança daquilo que o aluno memorizou e usa a nota somente como instrumento de controle. Ainda hoje há professores que se vangloriam por poder aprovar ou reprovar. (p.108).*

A prova passa a ser o momento do acerto de contas, no qual o professor quer fazer com que os alunos que não estudaram durante as aulas sejam reprovados, preparam uma prova conteudista, sem conexão com a realidade do educando, com questões iguais as das aulas. Para repetir o que o professor disse em sala. No entanto, não reflete sobre sua prática, e não percebe que esse tipo de avaliação deixará os alunos nervosos, inseguros, e provavelmente colaram, pois esse tipo de avaliação não trás significados para os alunos.

Segundo Moretto, *“o esforço de quem ensina é fazer com que as crianças desenvolvam a capacidade de atribuir significado ao que estão fazendo”* (2005, p.14).

Aprender significativamente é relacionar os fatos aprendidos em sala com o universo da criança, é trazer acontecimentos do dia-a-dia para sala de aula. O professor não deve ser somente aquele que fala, mas também o que ouve, dando oportunidade aos seus alunos a participarem das aulas de forma espontânea.

É importante destacar que a prova baseada nessa filosofia tradicional, é uma ferramenta fundamental no fracasso escolar, pois muitos alunos ao verem que não estão aprendendo acabam internalizando a culpa por essa não aprendizagem. Ela se torna uma competição, e os que não recebem notas boas são tratados por professores e outros alunos como fracassados que não iram aprender. As avaliações realizadas nas escolas decorrem, portanto, de concepções diversas, das quais nem sempre se tem clareza dos seus fundamentos. O sistema educacional apoia-se na avaliação classificatória com a presunção de verificar aprendizagem ou competências através de medidas, de quantificações. Este tipo de avaliação supõe que as pessoas aprendem do mesmo modo, nos mesmos momentos e tenta evidenciar competências isoladas. Ou seja, algumas, que por diversas razões têm maiores condições de aprender, aprendem mais e melhor. Outras, com outras características, que não respondem tão bem ao conjunto de disciplinas, aprendem cada vez menos e são muitas vezes excluídos do processo de escolarização.

O elemento chave da definição de avaliação implica em julgamento, apreciação, valoração, e qualquer ato que implique em julgar, valorar, implica que quem o pratica tenha uma norma ou padrão que permita atribuir um dos valores possíveis a essa realidade. Ainda que avaliar implique alguma espécie de medição, a avaliação é

muito mais ampla que a medição ou a qualificação. A avaliação não é um processo parcial e nem uniforme. Ainda que se trate de um processo, está inserida em outro muito maior que é o processo ensino-aprendizagem e nem uniforme porque deve ter reajustes permanentes.

Transformar a prática avaliativa significa questionar a educação desde as suas concepções, seus fundamentos, sua organização, suas normas burocráticas. Significa mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções docentes, entre outras. O que se propõe neste momento é uma reestruturação interna na escola quanto à sua forma de avaliação. Necessita-se, sobretudo, de uma avaliação contínua, formativa, na perspectiva do desenvolvimento integral do aluno. O importante é estabelecer um diagnóstico correto para cada aluno e identificar as possíveis causas de seus fracassos e/ou dificuldades visando uma maior qualificação e não somente uma quantificação da aprendizagem.

Portanto, a avaliação tradicional deve ser repensada, pois não leva em consideração todo o processo de ensino aprendizagem, se refere somente a nota e a um conceito. O processo avaliativo deve considerar o desempenho do aluno e do professor, fazendo com que ambos participem desse processo, construindo assim um processo mútuo de avaliação e auto-avaliação, deve permitir conhecer os alunos, seus processos de aprendizagem; conhecer o mundo do aluno.



## **CAPÍTULO II - AVALIAÇÃO TRANSFORMADORA.**

Percebemos que muitos professores não entendendo o desenvolvimento ensino-aprendizagem como processo, refletem nas suas provas uma visão tradicionalista de ensino, que acredita que os “alunos normais” aprendem sem dificuldades a repetir os conhecimentos transmitidos pelo professor e aquele que não se adequar a essa condição é estigmatizado.

Em sua análise da prática avaliativa, Esteban (1999) nos mostra que talvez a avaliação seja “um mal necessário”. A avaliação acaba se tornando uma prática indispensável no contexto escolar, onde a Escola é um lugar de multiplicidade, funcionando como instrumento de controle e de limitação das atuações no contexto escolar. Para ela o erro passa a ter um papel importante e representa indícios do processo de construção de conhecimentos. Vindo assim para somar não para diminuir o educando e sua avaliação no cotidiano escolar. O exame vem então tentar ser um instrumento de controle social, para uma boa qualificação escolar. O exame mesmo sendo um instrumento de controle social, ele não consegue e nem pode resolver questões de caráter social. Questões sociais pois há professores desestimulados, o pouco investimento na formação dos professores não são percebidas e executadas, dificultando assim um bom rendimento dos mesmos e competência necessária para as mudanças que estamos propondo no contexto escolar. O exame vem para empobrecer a visão da educação. Criada pela burocracia, ele aparece para eleger membros das classes inferiores e a atribuição das notas ao trabalho escolar é uma herança do século XIX à Pedagogia. Ele não pode ser justo, se vivemos numa sociedade injusta, não pode melhorar a qualidade da educação, porque não depende só dele. Não pode melhorar a aprendizagem dos alunos porque não há professores capacitados para tal situação.

”O processo de avaliação do resultado escolar dos educandos está marcado pela necessidade de criação de uma nova cultura sobre avaliação, que ultrapasse os limites da técnica e incorpore em sua dinâmica a dimensão ética”. (Esteban, p. 8, 1999).

De acordo com Esteban (1999): As instituições de ensino, os educadores no geral visam realmente a construção de uma escola democrática acreditando assim numa sociedade mais coletiva e menos injusta e individual, onde o direito deverá ser de todos por igual impondo assim seus deveres em questão. A sociedade conservadora com o seu autoritarismo, a falta de capacitação de professores, os salários baixos e uma cultura (ante cultural) se tornam conseqüências primordiais para tal fato. E quem paga as conseqüências são os educandos recebendo um ensino de péssima qualidade, escolas estruturalmente e fisicamente defasadas e violentadas. A cidadania significa preparar qualquer cidadão para ser governante e com o ensino público e até mesmo particular, dificilmente encontramos um. O tempo pedagógico é visto como uma possibilidade de autonomia às escolas e melhorar a qualidade do desempenho da escola, burocratizando assim e centralizando o cenário educacional. Um dos desafios da escola tradicional, seria esse, o de transformar o sistema educacional priorizando a aprendizagem e buscando um cotidiano escolar melhor para a vida do educando.

Temos a necessidade de pensar na formação do professor com a urgência com que esta questão tem se apresentado nos dias de hoje, que cobrasse cada dia mais do professor o preparo para o exercício competente da tarefa de educar. O atraso nas disposições práticas que pretendem formar o professor torna-se um problema grave quando notamos que no mundo tecnológico atual, pauta sua organização social e cultural pelo reconhecimento da importância de informar e divulgar conhecimento, sendo que essas tecnologias não chegam à escola e nem aos cursos de formação de professores.

Quando nos defrontamos com estatísticas de reprovação, voltamos às velhas preocupações sobre o papel da escola e o que ela tem feito com seus alunos, sobre como trabalhar com esta realidade e como conseguir resultados mais satisfatórios.

Na concepção de Hoffmann (2000), alguns princípios importantíssimos servem para nortear a prática da avaliação com vistas à “promoção” a um nível mais elevado de aprendizagem. As inquietudes em volta da avaliação educacional são porque novos rumos para a educação se fazem necessários e essa realidade acaba por desvelar a caduquice dos atuais processos seletivos das escolas. Para superar os

aspectos positivistas e classificatórios (estes aspectos descansam na competição, na arbitrariedade, no individualismo...) das práticas avaliativas escolares, é fundamental que o professor assuma a tarefa de investigar, esclarecer e organizar as experiências de aprendizagem. A avaliação deve ser uma iniciativa promotora da facilitação da evolução da trajetória do educando.

Isso significa que o professor deve se preocupar com uma ação avaliativa que volte o seu olhar para o futuro dos alunos, respeitando, presentemente, os ritmos, os interesses de cada um, buscando, evidentemente, a aquisição, ao máximo, da aprendizagem deles. Um ponto extremamente importante é o que ressalta o fato de que é o aprendiz quem determina o seu próprio tempo de aprendizagem. Hoffmann afirma que, muito embora o planejamento do professor seja uma prática importante (não esquecendo-se da flexibilidade desse planejamento), o processo de aprendizagem do discente não obedece rigidamente a caminhos traçados a priori. “Cada passo do aluno precisa ser observado em seu sentido próprio: de mobilização, de processo, de formulação de conceitos”. (Hoffmann, 2000, p. 46).

Dentro do processo avaliativo, é essencial a criação de situações educativas que provoquem o aluno, intelectualmente, com vistas ao seu desenvolvimento. Para que esse crescimento se dê, é mais efetiva a prática docente de perguntar do que responder. Também é esperado que isso se dê a partir do aluno para o educador. Na avaliação classificatória (modelo vigente), o comportamento é unilateral onde o professor ensina e depois faz perguntas. Hoffmann (1993) diz que “avaliar é essencialmente questionar”, e com isso ela quer dizer que uma prática dialética deve permear a relação entre professor e aluno, a saber: um questionando o outro para construir conceitos que favoreçam o crescimento do aluno, e porque não dizer, do professor também. Cabe ao professor, além de compreender a forma como se dá a aprendizagem, entender que o aluno pode e deve ser o personagem principal da sua caminhada de construção do conhecimento.

Um mecanismo que auxilia o docente no ato de conceber ao aluno a oportunidade de ser o agente de edificação de sua própria formação estudantil e que ajuda também o discente nessa ação necessária, é a mobilização. O termo mobilização traz a idéia de que o aluno precisa fazer para ser o sujeito protagonista de seu processo

de aprender é mover-se. É claro que para tal movimento do aluno, há a necessidade da criação, por parte dos professores, das condições que lhe desperte e encante.

O professor, as propostas curriculares atuais, bem como a legislação vigente, primam por conceder uma grande importância à avaliação, reiterando que ela deve ser: contínua, formativa e personalizada, concebendo-a como mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las. Analisando-se as propostas pedagógicas das escolas, os planos escolares, os regimentos escolares, todos eles pertencentes ao plano das ordenações legais, pode-se afirmar que esse conceito de processo de avaliação encontra-se presente na maioria deles. Essas idéias, presentes no papel e no discurso formal de muitos docentes, precisam, porém, concretizarem-se e desenvolverem-se para modificar as práticas cotidianas (as quais infelizmente divergem do discurso e dos papéis) para uma direção inovadora que traga um aumento da qualidade do ensino.

Segundo Hoffmann (2000), a visita às escolas, a leitura dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e a análise dos índices de aprovação das escolas, nos têm mostrado o quanto é necessário a conjugação dos conceitos de educação /ensino-aprendizagem e avaliação. Tem-se percebido projetos interessantíssimos desenvolvidos nas escolas, mas com práticas avaliativas que não traduzem os avanços dos trabalhos pedagógicos realizados. Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão mais profunda sobre a prática avaliativa das escolas, subsidiada pelo diálogo com diferentes autores pesquisadores sobre a temática da avaliação, que possam iluminar as práticas avaliativas existentes nas escolas com vistas a aperfeiçoar as que caminham numa linha libertadora.

*(...) conceber e nomear o ' fazer testes', o dar notas', por avaliação é uma atitude simplista e ingênua! Significa reduzir o processo avaliativo, de acompanhamento e ação com base na reflexão, a poucos instrumentos auxiliares desse processo, como se nomeássemos por bisturi um procedimento cirúrgico. (Hoffmann, 2000, p. 53).*

Alguns teimam em entender por avaliação os tipos de provas, de exercícios, de testes, de trabalhos etc. Não compreendem a avaliação como um processo amplo da aprendizagem, indissociável do todo, que envolve

responsabilidades do professor e do aluno. Ao tratar a avaliação dessa forma, afastam-na de seus verdadeiros propósitos, de sua relação com o ensinamento, de seu aspecto formativo.

*“O alargamento do conceito da avaliação nos faz ver suas diversas faces e como o poder está associado à ela. Mostra o seu fim e os seus meios. Falar da avaliação no âmbito da educação escolar, no campo da educação de direitos, nos leva pensar a sua função, o papel social do professor, a razão da existência da escola. Traz a discussão sobre inclusão e exclusão, privilégios e direitos, direitos e obrigações, instrução e formação, que alunos queremos formar, que escola estamos construindo para a nossa sociedade”. (Hoffmann,2000,p.53)*

Perrenoud coloca que *“o sistema tradicional de avaliação oferece uma direção, um parapeito, um fio condutor; estrutura o tempo escolar, mede o ano, dá pontos de referência, permite saber se há um avanço na tarefa, portanto, se há cumprimento do seu papel”* (1999 p.156).

Para Perrnoud (1999), defini-se fracasso escolar como a conseqüência de dificuldades de aprendizagem. Esta visão que “naturaliza” o fracasso impede a compreensão de que ele resulta de formas e normas que foram instituídas pela escola, cuja definição do nível de exigência do qual depende o limiar que separa aqueles que tem êxito daqueles que não têm. As formas de excelência que a escola valoriza se tornam critérios e categorias que incidem sobre a aprovação ou reprovação do aluno. As classificações escolares refletem às desigualdades de competências, logo não se pode acreditar na avaliação da escola. O fracasso escolar só existe no âmbito de uma instituição que tem o poder de julgar, classificar e declarar um aluno fracasso. O fracasso não é a simples tradução lógica de desigualdades reais ele é sempre relativo a uma cultura escolar definida, por outro, lado, não é um simples reflexo das desigualdades de conhecimento e competência, pois a avaliação da escola põe as hierarquias de excelência a serviço de suas decisões. O fracasso é assim, um julgamento institucional.

Acreditar que notas ou conceitos possam sozinhos explicar o rendimento do aluno, justificando uma decisão de aprovação ou reprovação, sem que seja levado em conta o processo de ensino-aprendizagem, as condições oferecidas para promover a aprendizagem do aluno, a importância deste resultado na continuidade de estudos, é tornar o processo avaliativo extremamente reducionista. Outros aspectos a serem

questionados, são os instrumentos utilizados para avaliar, não só pela sua elaboração, mas, quanto à coerência e adequabilidade com o que foi trabalhado em sala de aula e o modo com que vai ser avaliado. Ao nos propormos avaliar, temos que definir onde queremos chegar e assim estabelecer os critérios. Em seguida, escolheremos os procedimentos.

Assim a avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar. Fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender. Este enfoque tem um princípio fundamental: deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no mesmo processo de ensino-aprendizagem. Somente neste contexto é possível falar em avaliação inicial (avaliar para conhecer melhor o aluno e ensinar melhor) e avaliação final (avaliar ao finalizar um determinado processo didático). O sentido e a finalidade da avaliação é conhecer melhor o aluno, suas competências curriculares, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas técnicas de trabalho. A avaliação do processo pedagógico envolve o planejamento e o desenvolvimento do processo de ensino. Neste contexto é necessário que a avaliação cubra desde o projeto curricular e a programação, do ensino em sala de aula e de seus resultados (a aprendizagem produzida nos alunos). No contexto de um processo de avaliação formativa isto não tem nenhum sentido. A informação sobre os resultados obtidos com os alunos deve necessariamente levar a um replanejamento dos objetivos e conteúdos, das atividades didáticas, dos materiais utilizados e das variáveis envolvidas em sala de aula: relacionamento professor-aluno, relacionamento entre alunos e entre esses e o professores.

Hoffmann (2000), afirma que avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas. Uma boa prática de ensino é aquela que o professor se coloca como mediador do conhecimento e não como detentor do saber. A memorização

é um desrespeito à inteligência dos alunos, isso se dá também a questionários que requer respostas prontas sem sentido nenhum para a vida do educando.

Na percepção de Luckesi (1996), a avaliação da aprendizagem escolar é um ato amoroso, ou seja, é um ato que acolhe ações, alegrias e dores. Posto que, não é necessário julgar. A avaliação diagnóstica, objetiva a inclusão e não a exclusão, a inclusão e não a seleção. Sendo assim, a avaliação da aprendizagem como o próprio Luckesi a considera deve priorizar o avanço da qualidade de ensino e principalmente a adequada aquisição ao conhecimento e à aprendizagem, valorizando as reais condições dos educandos.

Na concepção de Moretto (2007), a avaliação da aprendizagem deve auxiliar o professor a diagnosticar o desempenho dos seus educandos, para que a partir dos resultados o professor possa elaborar estratégias para melhorar a qualidade do ensino:

*Avaliar a aprendizagem está profundamente relacionado com o processo de ensino e, portanto, deve ser conduzido como mais um momento que o aluno aprende. Chamamos de momento de privilegiado porque julgamos que, diante de tudo que a tradição vem associando à prova, o aluno coloca suas energias em busca de sucesso, normalmente associado a uma boa nota. (p.10).*

Para Moretto(2007), o processo de avaliação nas escolas é indispensável, desde que elaborado com clareza e objetividade. A solução não é acabar com a prova, mas significá-la para o novo contexto de educação, ou seja, um ensino com competências. A avaliação também é o reflexo da teoria do conhecimento do próprio educador:

A avaliação deve possibilitar ao aluno perceber o que foi aprendido, seus avanços e dificuldades, cabendo ao professor, encontrar instrumentos que desafiem o aluno a superar as dificuldades e trabalhar para a construção de seus conhecimentos. Para que não perca seu sentido, a avaliação deve ser diagnóstica, identificando novas possibilidades, modificando-se de acordo com a necessidade de alunos e professores.

Mudar as formas de avaliar implicará na reforma do processo didático-pedagógico, alterando também a idéia da avaliação do ensino para a avaliação da aprendizagem.

*O primeiro passo para a transformação é de dar ao processo de avaliação um novo sentido, isto é, transformá-lo em oportunidade para o aluno ler, refletir, relacionar, operar mentalmente e demonstrar que tem recursos para abordar situações complexas. Em síntese, o aluno deverá demonstrar ter adquirido competência como estudante. (Moretto, 2007, p.11)*

Criticar a tradicional forma de avaliar é acreditar que o professor deverá ter em seu pensamento que, a avaliação deverá ser uma etapa, a qual se promova o desenvolvimento real e potencial do aluno e não como instrumento de julgamento. É o que Vygostky (1989, p.2) vai chamar de ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL (ZDP), ou seja, a distância entre aquilo que a criança sabe fazer sozinha (o seu desenvolvimento real) e que ela faz com a colaboração entre sujeitos com conhecimentos diferentes (seu desenvolvimento potencial), isto é, que potencializa a aprendizagem e o desenvolvimento. A partir dessa compreensão, o ensino não pode ser visto como uma mera e mecânica transmissão linear de conteúdos curriculares do docente para o educando, mas um processo de construção de significados fundados nos contextos históricos em que se ensina e se aprende e, conseqüentemente, se avalia. O espaço educativo se transforma em ambiente de superação de desafios pedagógicos, o que dinamiza e significa a aprendizagem, que passa a ser compreendida como construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e competências.

Nesse sentido, o aluno é concebido como sujeito ativo, ou seja, no processo de aprendizagem o aluno constrói suas representações, aborda e resolve situações complexas mobilizando seus recursos cognitivos. Através de aprendizagens significativas e contextualizadas, isto é, o ensino pautado numa construção dialética onde o fundamental é, saber o que ensinar, qual relevância social e cognitiva do ensinado, para definir o que vai se tornar material a ser avaliado e tudo isso, confrontados com os conhecimentos prévios dos alunos, ou, seja, aquilo que ele sabe sobre sua realidade. Nesse caso o professor tem um papel de mediador e facilitador de aprendizagens e o mesmo deverá conhecer os conteúdos focalizando-os no sentido qualitativo, para então definir as estratégias de ensino. Além disso, reconhecer as diferentes trajetórias de vida dos educandos implica flexibilizar os objetivos, os conteúdos, as formas de ensinar e avaliar, em outras palavras, contextualizar e recriar a sua dinâmica de sala de aula. Um professor consciente de sua prática docente



respeita os contextos sociais e se transforma diante deles, a fim de proporcionar, aos alunos, seus direitos de cidadão consciente, favorecendo o acesso aos saberes acumulados na história da humanidade.

Outro problema a ser analisado e que está ligado a questão da avaliação são os currículos de nossas escolas, que têm em sua proposta, atender um grande número de alunos. Não se planeja individualmente para cada aluno, mas para muitas turmas de alunos numa divisão de séries e idades em salas superlotadas.

Ao tentar explicar as causas do fracasso escolar devemos refletir como a escola explica e lida com as desigualdades reais. Devemos ter consciência de que esta exclusão no interior da escola não se dá apenas pela avaliação e sim também pelo currículo como um todo (metodologias, conteúdos, objetivos, formas de relacionamento, etc.). No entanto, além do seu papel de exclusão, a avaliação classificatória influencia todas as outras práticas escolares.

### **CAPÍTULO III - “A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO”.**

Para entendermos de forma mais aprofundada o processo de avaliação foi necessária uma permanência em uma escola pública no município de São Gonçalo, durante os estágios supervisionados do Curso de Pedagogia, cumprindo uma carga horária de 210 horas com duas visitas semanais.

A referida escola, criada em 1950 é uma das maiores escolas do Rio de Janeiro, funciona em regime de externato, com frequência mista de alunos nos turnos da manhã, tarde e noite com os cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Sua estrutura organizacional é composta por uma diretora geral, de uma orientadora pedagógica, de uma orientadora educacional e de uma coordenadora de turno, durante a pesquisa não foi possível obter informações quanto ao número de professores.

Uma característica a ser destacada na pesquisa de campo é que a escola tem um projeto político pedagógico (PPP) ao qual os (as) professores (as) não tem acesso, pois fica trancado na sala da diretora. O PPP é um documento e precisa do envolvimento de todos da escola na sua elaboração tanto dos alunos como funcionários de um modo geral e da comunidade para que seja realmente um sucesso.

Na opinião de Padilha (2003) sobre o PPP, ao desenvolvê-lo, as pessoas ressignificam suas experiências, refletem suas práticas, seus saberes reafirmam valores, explicitam seus sonhos e utopia, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivo, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação. Este movimento visa à promoção da transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário.

A escola pesquisada apresenta um Planejamento anual em conformidade com as metas e planos e do Governo do Estado. O /a professor recebe da orientadora pedagógica um Pano Anual com o qual o/a professor, organiza o Plano

Bimestral, preparando um Plano de aula diário. De posse desse documento e das observações feitas em estágios nessa mesma escola, pude verificar algumas características que precisam ser salientadas no tocante ao currículo, ou ao planejamento das professoras.

A primeira é que embora a professora descreva no planejamento que a “ludicidade” trabalhada a partir de jornais, revistas e livros é um recurso a ser utilizado para desenvolver o aprendizado da criança. Na turma observada percebemos que esta “ludicidade” está ligada a feitura de trabalhos para formar letras, fazer um desenho e escrever uma frase, leitura de histórias onde a criança destaque com frase e/ou desenho a parte que mais lhe interessou. Há um trabalho intenso mas só para que a coordenação motora fina da criança seja desenvolvida. Tudo trabalhado de maneira previamente estabelecida. Tais características acabam por dar continuidade a educação tradicional. Esta educação é reforçada, ainda, quando a professora define, especificamente, o conteúdo a ser trabalhado em cada matéria: fonemas, construção de palavras e frases, ditados de palavras, noções de geometria, etc. e observamos no trabalho com a turma a professora apresentando o fonema no quadro, as crianças copiando da mesma maneira as contas matemáticas. Parece-me que o conteúdo de Ciências, Geografia e História poderia, pelo planejamento, ser trabalhado de forma que a participação das crianças fosse mais efetiva, contudo, durante o tempo que pesquisei, não vi a professora trabalhando esses conteúdos.

A respeito da “ludicidade”, vale ressaltar, que a professora afirma a possibilidade que esta abre a participação da criança no seu processo de aprendizagem e também da família como co-participante desse processo. Mas de que maneira? O que está sendo entendido como a participação da criança no seu processo de aprendizagem? E a família, como o lúdico traz a família como co-participante desse processo? No planejamento da professora essas questões não são explicadas, mas ao que parece, o fato de se utilizar os recursos para o lúdico - jornal, livros, revistas- faz com que a família e a criança participe do processo de aprendizagem. Na concepção da professora.

Uma outra característica a ser destacada no planejamento bimestral da professora é a diagnose. Segundo a observação feita por ela em dois meses na turma,

visando o processo de aprendizagem, percebeu-se que a uma grande parte das crianças, apresentavam uma enorme defasagem cognitiva e desinteresse pelo momento de aprendizagem, demonstrando envolvimento apenas nos momentos de recreação. Tal afirmativa parece-me extremamente grave por pelo menos dois motivos. Primeiro, ao afirmar que o aluno tem defasagem cognitiva, a priori, a professora, se exime de qualquer responsabilidade pelo aprendizado das crianças. Dessa maneira, se a criança não aprende é porque ela tem algum problema ou seja os velhos mecanismos de fracassalização continuam sendo perpetuados na escola. Segundo, é que essa avaliação diagnóstica mostra ainda o desconhecimento da professora a respeito dos processos que envolvem o desenvolvimento cognitivo do aluno. Embora a professora da classe observada afirme que trabalha numa perspectiva construtivista, esta afirmativa é negada quando a mesma diz que as crianças apresentam desinteresse pela aprendizagem sem se questionar em momento nenhum quanto à forma que está tentando levar a criança ao aprendizado: Estou trabalhando numa perspectiva que possibilite e facilite o aprendizado da criança? Este método está de acordo com que a criança pode alcançar neste momento no que tange ao seu processo cognitivo? Minha prática pedagógica tem contribuído para o aprendizado da criança? Essas e tantas outras perguntas deveriam estar presentes no cotidiano das professoras, não apenas nas suas falas, mas em suas reflexões.

Quanto às disciplinas de (Matemática, Geografia, Ciências e História) apresentadas no planejamento e no caderno da professora, durante minhas observações da turma (no período de 210 horas) não houve nenhum momento em que elas fossem trabalhadas. A ênfase esteve sempre no ensino da língua portuguesa, embora exista nos murais da classe números desenhados de 1 a 9 em relógios. Estes são mais parte de decoração da sala do que propriamente material utilizado para auxiliar no aprendizado das crianças.

Nos objetivos específicos postos no planejamento entretanto, nos deparamos com algumas descrições que se levadas a cabo, poderiam de fato, possibilitar uma educação mais significativa para a criança embora nestes também não estejam descritos o “Como fazer” apenas o “que fazer”. Por exemplo, exploração da expressão oral mediante observação, relatos, jogos, brincadeiras, trabalhar igualdades

e diferenças entre si e os outros, desenvolver a imaginação criadora. Estas descrições quando submetidas a observação da turma, não se fazem presente. Há o predomínio de atividades de escrita e desenhos. No planejamento, a professora também utiliza expressões que não deixam claros os objetivos: “desenvolver a imaginação criadora como fonte de identificação simbólica e espaço mágico de prazer”, entre outras.

O Parecer CEE nº 25/1998 que organizou o primeiro segmento das escolas da Rede Pública Estadual em dois ciclos, estabeleceu as competências esperadas nestas etapas de escolaridade. Ao final do 1º ciclo, segundo o Parecer o aluno deverá ser capaz de ler, escrever pequenos textos, assim como operar com números e resolver problemas elementares. No 2º ciclo, dedicado à sistematização e à continuidade do processo de alfabetização, o aluno deverá, segundo o Parecer produzir e interpretar textos com conhecimento linguístico; compreender e propor normas de convivência; resolver situações-problemas utilizando propriedades matemáticas; reconhecer mudanças na sociedade, no tempo e no espaço e identificar fenômenos naturais e materiais, através de explicações científicas.

Nos ciclos não é adotada uma avaliação baseada em critérios quantitativos. O Relatório de Avaliação constitui o instrumento oficial que registra o desenvolvimento dos alunos matriculados nos 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental, da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro. Não sabemos se a educação é um problema para o Estado mas o Estado não pode ser um problema para a educação. O que infelizmente não é o que vemos, pois o Estado vive jogando novos regulamentos (como mudança de sistema de seriação para o de ciclo) sem promover melhor orientação para aqueles que irão fazer uso dessa nova realidade, ao contrário acabam trazendo mais dificuldades na hora de trabalhar com o sistema implantado.

A avaliação não deve considerar somente os aspectos dos conteúdos, mas também as impressões, sentimentos e afetações, e ser considerada uma seta que indica o que pode ser melhorado no trabalho do professor, como também mostrar as deficiências nos procedimentos didáticos; pedagógicos e / ou propostos. A dissociação do ato de avaliar do ato de aprender, torna a avaliação um instrumento domesticador, disciplinador das condutas cognitivas dentro da escola, sendo utilizada como mecanismo mediador de reprodução e conservação de uma sociedade desigual. O

compromisso com a aprendizagem do aluno e a clareza de que o aluno não é objeto da ação avaliativa, e sim a aprendizagem, leva o professor a avaliar de forma que os instrumentos utilizados lhes dê um retorno para que também possam avaliar a sua práxis educativa num constante processo de ação, reflexão, ação. Analisar com mais profundidade o desenvolvimento cognitivo, através de estudos que levem o professor a saber o que, como se dá o processo de aprendizagem, e qual a sua finalidade, é fundamental para que ele saiba avaliar.

Aprovar ou reprovar o aluno garantirá a eficiência do ensino/aprendizagem de forma que ele possa enfrentar a realidade do mundo que o cerca? A Lei das Diretrizes e Bases, 9394/96 (LDB), nos mostra que a avaliação deve ser utilizada de forma contínua e cumulativa onde prevaleça o aspecto qualitativo, o que vem valorizar não apenas os resultados do que foi aprendido e ensinado, mas o processo de ensino aprendizagem. Dentro dessa visão emancipatória, a avaliação pode contribuir para que as propostas educacionais se tornem inclusivas, possibilitando espaços para a disseminação de valores da sociedade e não apenas como um instrumento domesticador e conservação de uma sociedade onde as desigualdades estão cada vez maiores. Percebe-se que ao se tornar uma exigência, a avaliação perde a sua função pedagógica, não sendo usada como recurso metodológico de reorientação do processo ensino aprendizagem, assumindo um papel político no sistema, tornando-se um instrumento de poder, de controle, tanto de ordem social, quanto da escola.

Como a avaliação não se encerra somente nas questões escolares, estando articuladas nas relações sociais e suas consequências, devemos perguntar qual o consenso utilizado na escola, em sua forma de avaliar e quais as suas implicações? A nossa realidade social, a forma como a sociedade se organiza, deixa claro que a inclusão/ exclusão social acelera o processo de fracasso escolar e conseqüentemente profissional. A avaliação é necessária dentro do processo avaliativo, porque o professor precisa saber se o que ensinou foi aprendido pelo aluno, porém para dar prosseguimento a este processo o professor tem que ter um olhar diferenciado e reflexivo sobre sua prática pedagógica. Por que não ao termino de cada aula dialogar

com os alunos e assim ,não deixando passar o que não foi aprendido? E conseqüentemente se auto- avaliando.

Uma outra característica que não posso deixar de ressaltar é a rotina na aula da professora: colocar o nome do aluno “indisciplinado”, “desinteressado”, “que não realizou as tarefas” na lousa ou tirar o recreio ou mandar ficar de castigo na sala da coordenadora ou não participar de brincadeiras no pátio permanecendo sozinho em sala. Os castigos não foram abolidos e sim modificados por castigos supostamente modernos, ou seja, violências simbólicas.

Em uma análise aprofundada da entrevista realizada com a professora do Ensino Fundamental, quando pergunto para que servem as avaliações? A professora X elabora respostas escritas as perguntas formuladas, como se ela estivesse sendo avaliada.

Uma situação que pude observar foi a grande dificuldade que a professora encontrou em passar para o papel as suas idéias e os seus conhecimentos. Apesar de ter conhecimentos relativos àquela questão, sentiu-se incapaz de formular uma resposta coerente. Assim vejo a que a avaliação em nossa sociedade tornou-se uma ação que faz parte do contexto educacional e como algo difícil de substituir, pois é muito difícil se desapropriar de um método que se tornou uma Cultura e que muitos professores tem medo de serem avaliados.

Outra foi que na entrevista a fala da professora X quanto aprovar ou reprovar: o aluno:

*Por trabalhar numa escola que adota os ciclos de aprendizagem, e muitas das vezes ter que aprovar um aluno sem ter conseguido atingir os conteúdos mínimos para ser promovido ao ano seguinte é tão cruel quanto reprová-lo. Já passei muito por esse dilema, aprovei alunos para o 2º ano de escolaridade, sem que o mesmo sequer reconhecesse a nossa base alfabética. E o mais triste é ter a certeza que quando o mesmo chegasse ao 3º ano, etapa final do 1º ciclo, seria reprovado. E infelizmente esse fato se concretizou. E o mais grave, alguns desses alunos foram reprovados novamente esse ano. Enfim, acredito que nem sempre você aprovar um aluno sem que o mesmo tenha base para cursar a etapa seguinte é a solução adequada, afinal, li uma vez uma frase que concordo plenamente: Aprovados na educação, reprovados na vida, ou seja, o individuo consegue um diploma, no entanto, não consegue um emprego digno, pois no final das contas, ele não é nada mais, nada menos, do que a um analfabeto funcional*

Pela fala da professora X e pela observação feita na sala de aula percebi que ela não está satisfeita com o sistema curricular e de avaliação adotado pelo Estado, com os ciclos de aprendizagem. Quando perguntei o que ela achava do sistema a mesma sem nenhuma cerimônia respondeu:

*“Sou totalmente contra. Não vejo nada nesse sistema que considero que seja um tanto quanto significativo”.*

*É apenas mais um meio de mascarar e aumentar o nível de escolarização brasileira. Nem que a mesma seja significativa apenas no papel, através das estatísticas, onde o quantitativo prevalece sobre o qualitativo. É muito fácil copiar um sistema de fora. (neste caso os ciclos foi originado na França) e impor a sua aplicação nas escolas, posso afirmar isso, considerando a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.*

*Pois um professor quando pega uma turma com alunos em vários níveis de aprendizagem, tende a valorizar mais aqueles que estão tendo um rendimento satisfatório a aqueles que apresentam um grau de dificuldade mais elevado. Maldade do professor? Nem sempre. Como você trabalha numa sala de aula com 30 alunos, no qual o espaço físico não acomodaria nem 15 com 1 ventilador, quadro baixo, que não pode ser utilizado totalmente pois o armário fica na frente de uma parte do quadro. A mesa da professora fica na frente do quadro também, ou seja, a docente tem que ficar puxando a mesa de um lado para outro. Com certeza quem lê essa minha afirmação vai falar que existem problemas bem piores que o meu, e quer saber? Eu concordo plenamente.*

*Posso estar passando um pensamento pessimista sobre a educação. Mas tenha certeza que não sou, apenas tento ser realista para perceber que a educação hoje vai muito além das teorias de Paulo Freire, Vigotsky, Emília Ferreiro, dentre outros teóricos idolatrados pelos estudiosos da educação. Afinal, na prática, a teoria é outra.”*

Ela não estava na escola no período que o ciclos foram implantados, no entanto relata que conversa com várias colegas e percebe que muitas até hoje não sabem conceituar essa proposta, o máximo que respondem é:” trabalho com ciclos porque tenho que trabalhar e ponto”. Então percebi que não houve nenhum curso de formação continuada para que esses professores adentrarem nessa perspectiva ciclada. E se ela tivesse uma oportunidade de mexer em algum aspecto no ciclo ela colocaria a retenção no primeiro ano de escolaridade. Na opinião da professora a criança que atinge o conteúdo mínimo necessário para seguir na etapa seguinte, com certeza terá uma probabilidade menor de apresentar maiores dificuldades nas etapas seguintes.

Percebemos que a professora X é totalmente contra o ciclo. Que por ela reprovava o aluno e só não o fez por trabalhar em uma escola onde a proposta



curricular é a de ciclos. Porém parece que ela não consegue ainda trabalhar realmente como deveria ser dentro dessa proposta. Que não consegue aceitar que não existem notas, dias de provas ou boletins. Que hoje entendesse que a avaliação é um processo permanente implementado ao longo do desenvolvimento das atividades pedagógicas. Trabalhando-se com registro e relatórios avaliativos. Não existe conceito ou boletim, notas são substituídas por anotações que favoreçam a interpretação qualitativa do percurso e a evolução de cada aluno, dos seus avanços e dificuldades. E que a avaliação é um ponto de partida de todo e qualquer trabalho pedagógico e também de chegada. Ter um conceito de avaliação não é apenas falar sobre ela. É saber fazê-la conscientemente, conhecendo os fundamentos que sustentam nossa prática. Pode-se concluir que a avaliação é antes de tudo, uma postura de vida. Pressupõe reflexão, diálogo: conosco e com o outro.

Mudam-se as práticas avaliativas, o que não muda é a necessidade de uma boa educação. Nós professores, somos modelos para nossos alunos. Temos que fazer um esforço contínuo para não repassarmos o que aprendemos de maneira automática ou para não repetirmos coisas já cristalizadas em nosso subconsciente, mas trazer à consciência o que é realmente relevante. Uma das mensagens mais fortes que transmitimos às crianças é a nossa visão básica da vida. Podemos querer firmemente ser diferentes daquele modelo tradicional de professor ao qual tecemos críticas, porém, no exercício do dia-dia do magistério, muitas vezes nos acomodamos e esquecemos nossos propósitos iniciais.

Por isso eu sempre me pergunto: Podemos avaliar realmente um aluno? Será que alguém consegue avaliar realmente de verdade? Saber o que o outro sabe, o que o outro compreende? Como parte do processo ensino aprendizagem, como avaliar individualmente dentro do contexto educacional, já que a construção do conhecimento se dá através de programas de conteúdos que são repassados coletivamente?

## CONCLUSÕES

Mesmo com tantos outros meios de avaliação, com metodologias diversificadas continuamos nos deparando com a “prova”. O problema não é a prova em si, mas a maneira como é aplicada: como instrumento que pune, amedronta e muitas vezes desmotivam o aluno ao conhecimento.

Contudo, pensamos que nós professores temos o dever de modificar esta visão nebulosa da avaliação que se coloca como o momento de punição, repetição e reprodução, transformando-a num momento agradável, em que o aluno tem a oportunidade de demonstrar suas capacidades e seus conhecimentos. É fundamental, ao pensarmos a avaliação da aprendizagem, considerar o aluno e sua condição existencial, sua especificidade pessoal, histórica e social.

A escola que hoje queremos, dentro da pedagogia preocupada com a transformação e não mais com a conservação, repensa o processo da sala de aula. A sala de aula existe em função de seus alunos, e cabe a nós educadores, refletir se realmente respeitamos os alunos em relação ao conhecimento e se consideramos quem são eles, de onde vieram, em que contexto vivem.

Diante disso, devemos trazer para a sala de aula um novo sentido para a aprendizagem e para a avaliação. Abordar essas questões a partir de uma escola em que o aluno tenha acesso aos bens culturais, ao conhecimento produzido historicamente que possa adquirir habilidades para transformar esses conteúdos no contexto social.

Assim, a prática de avaliação pedagógica deverão superar o autoritarismo, o conteúdismo, a punição, estabelecendo uma nova perspectiva para o processo de aprendizagem e de avaliação educacional, marcado pela autonomia do educando e pela participação do aluno na sociedade de forma democrática.

Partindo desses pressupostos, para que o aluno construa o seu conhecimento, a sua autonomia, é necessário que ele esteja inserido em um ambiente em que haja intervenções pedagógicas, em que o autoritarismo do corpo docente seja minimizado e onde os indivíduos que se relacionam considerem-se iguais. Importante

ainda dizer que o aluno deve ter oportunidade de participar da elaboração das regras, dos limites, dos critérios de avaliação, das tomadas de decisões, além de assumir responsabilidades.

Quando os professores e alunos puderem construir juntos os caminhos do processo de aprendizagem, certamente os critérios avaliativos serão participativos, coletivos, significativos e democráticos.

Finalizando, podemos concluir, ao fazer a análise das entrevistas e do cotidiano do ensino escolar, que a melhoria do ensino está além das reformulações dos conteúdos a serem aplicados. A mudança terá que ser feita e aplicada de forma habilidosa nos métodos de avaliação que existem, a fim de conseguirmos a permanência dos alunos já inseridos nas escolas, para que possamos dar um ensino de qualidade e ao mesmo tempo selecionar profissionais qualificados.

Dar uma aula qualquer é fácil para qualquer educador, mas ministrá-las com competência é tarefa para poucos. Ter conhecimento do que está ensinando é importante. Saber dispor dos recursos que lhe são oferecidos e transformar o momento de avaliar em algo útil no processo de aprendizagem requer habilidades que nem todos os professores possuem e por esse motivo suas aulas se tornam vazias e sem sentido para os alunos, que desmotivados por não conseguirem trazer as informações obtidas em sala de aula para sua realidade social, acabam abandonando a escola por acharem que não se enquadram nos parâmetros escolares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ESTEBAN, Maria Tereza. ***Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.*** ed. Rio de Janeiro: DP&A 1999.

FOUCAULT, Michel. ***Vigiar e Punir.*** Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.*** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

HOFFMANN, Jussara. ***Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.*** 16ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

\_\_\_\_\_. ***Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista.*** 29ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. ***Didática.*** São Paulo, Cortes, 1998.

LUCKESI, Cipriano. ***Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.*** São Paulo: Cortez, 1996.

MORETTO, Vasco Pedro, ***Prova-um momento privilegiado de estudo-não um acerto de contas.*** Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

PADILHA, Paulo Roberto. ***Pedagogia do encontro,*** São Paulo.1999-2002.

PERRENOUD, Philippe. ***Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas.*** Porto Alegre: ArtMed, 1999.

VYGOTSKY, Lev, A. ***A Formação Social da mente.*** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. ***Pensamento e Linguagem.*** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

## **ANEXO**

### **ENTREVISTA:**

Professora: X.

Trabalho numa escola estadual localizada no município de São Gonçalo.

Tenho 5 anos de magistério.

Nível de escolaridade : Nível Superior. Pedagogia.

1) Na sua opinião, para que serve as avaliações?

Quando pretendemos avaliar um aluno ou um determinado grupo, não podemos nos prender a um único instrumento ou a uma única técnica, devemos avaliar de forma global, através dos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor. As técnicas e os instrumentos surgem com o propósito de facilitar o aprendizado e permitir uma AVALIAÇÃO precisa do rendimento de um grupo ou de um determinado ALUNO. Evidentemente, que avaliar o aluno é um recurso muito importante que o professor tem em mãos e um forte indicativo do seu desempenho, seja de forma positiva ou negativa. É nesse momento que se deve repensar se realmente este ou aquele professor está sendo coerente com o seu aluno e com ele mesmo.

A avaliação deve servir para observar se os objetivos propostos estão sendo atingidos pelos discentes, se a aprendizagem está ocorrendo. É de fundamental importância que haja uma Avaliação Diagnóstica, para que seja aferido o conhecimento dos discentes sobre o assunto a ser ministrado. No decorrer das aulas deverá haver avaliações formativas para que seja aquilatado se está havendo a aprendizagem. Em sendo observado deficiências, o(a) docente deverá voltar ao assunto onde a deficiência foi detectada para que ocorra sua correção.

2) Como você avalia os seus alunos?

Eu avalio a minha turma tanto no cotidiano através do desempenho dos mesmos na sala de aula e também através de atividades avaliativas (provas). No entanto, vale ressaltar que a prova é um mero instrumento de avaliação (qualitativa), pois não são dadas notas, já que os ciclos de aprendizagem é o sistema adotado pelas escolas estaduais do Rio de Janeiro.

3) Obtendo o resultado das avaliações dos alunos, que providências você toma depois?

Procuro retomar (revisar), quando possível, os conteúdos que os alunos apresentaram maior dificuldade. Além disso, coloco-os em recuperação paralela no final do bimestre letivo.

4) Quem elabora as provas: você ou o colégio?

As provas são elaboradas pelo professor sem nenhuma participação ou revisão da coordenação pedagógica. Pois acreditam, que a única pessoa capaz de elaborar uma avaliação de acordo com a realidade do processo de aprendizagem da turma, é o professor regente da mesma.

5) Como você se avalia como professor(a)? Faz isto com frequência? Como?

Pois bem, eu me avalio constantemente, principalmente por geralmente trabalhar com o 1º ano do 1º ciclo. Quando percebo que minha turma não está progredindo, os alunos não lêem, não escrevem tento mudar a minha forma de explicar, o método que utilizo.

6) O colégio em que você trabalha, avalia o trabalho do professor? Como isto é feito?

Difícilmente. Só nas reuniões pedagógicas semanais que a coordenadora pergunta o desempenho da turma e só e pergunta se algum professor está sentindo alguma dificuldade com a turma.

7) Como anda as notas de seus alunos? A que isto se deve?

Como a escola trabalha de acordo com o sistema de ciclos (ciclos de aprendizagem, onde existe a retenção ao final do ciclo) a avaliação é qualitativa através de uma ficha individual descritiva do processo de aprendizagem dos alunos. A minha turma, no entanto, apresentou um bom desempenho no decorrer do ano letivo. Todos os alunos lêem e escrevem, porém cada um no seu ritmo.

8) Aprovar ou reprovar o aluno garantirá a eficiência do ensino/ aprendizagem de forma que possa enfrentar a realidade do mundo que o cerca?

Essa questão de reprovar ou aprovar um aluno é muito complexa. No entanto, por trabalhar numa escola que adota os ciclos de aprendizagem, e muitas das vezes ter que aprovar um aluno sem ter conseguido atingir os conteúdos mínimos para ser promovido ao ano seguinte é tão cruel quanto reprová-lo. Já passei muito por esse dilema, aprovei alunos para o 2º ano de escolaridade, sem que o mesmo sequer reconhecesse a nossa base alfabética. E o mais triste é ter a certeza que quando o mesmo chegasse ao 3º ano, etapa final do 1º ciclo, seria reprovado. E infelizmente esse fato se concretizou. E o mais grave, alguns desses alunos foram reprovados novamente esse ano. Enfim, acredito que nem sempre você aprovar um aluno sem que o mesmo tenha base para cursar a etapa seguinte é a solução adequada, afinal, li uma vez uma frase que concordo plenamente: 'Aprovados na educação, reprovados na vida', ou seja, o individuo consegue um diploma, no entanto, não consegue um emprego digno, pois

no final das contas, ele não é nada mais, nada menos, do que a um analfabeto funcional'.